



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#14-MAI/2012

Governo se nega a garantir as mínimas condições de funcionamento para as universidades federais e ainda descumpre o acordo de reajuste salarial

Somente a greve nacional das IFES poderá impor a conquista das reivindicações dos que estudam e trabalham

Os professores e funcionários das universidades federais estão se mobilizando com as reivindicações de melhoria na infraestrutura das universidades e pelo cumprimento do acordo do ano passado que estabeleceu um reajuste de 4% sobre os salários. Algumas unidades (como a UNIFESP de Guarulhos) já estão em greve justamente pela situação insustentável da infraestrutura (salas de aula, restaurante etc.). Outras (como a UFSCar) estão em pleno processo de mobilização, tendo realizado paralisações e debates entre professores, funcionários e estudantes e traçaram um calendário de mobilização. Está marcada uma paralisação nacional de dois dias no mês de maio como medida de pressão sobre o governo. Foi estabelecido um prazo até o final de maio para que o governo atenda às reivindicações, ou será deflagrada greve nacional.

As reivindicações dos professores e funcionários interessam diretamente aos estudantes, pois se referem às condições de ensino e de trabalho docente e pesquisa. Mas os estudantes não podem se limitar a seguir e apoiar o movimento de professores e funcionários. É preciso convocar as assembleias gerais estudantis em todos os campi,

para debater e aprovar as reivindicações, que incluem o atendimento dos pleitos de professores e funcionários, mas vão além disso. Os estudantes também são o setor que pode dar o caráter de massa e de mobilização de rua ao movimento, projetando a luta para fora da universidade, em busca do apoio da população assalariada.

É preciso também organizar a assembleia geral universitária em cada campi, que coloque a unidade de fato dos que estudam e trabalham com pauta unificada, manifestações e negociação conjunta, de forma a garantir que essa unidade ganhe a força necessária para vencer a intransigência governamental, que é extremamente flexível com os pleitos dos capitalistas e inflexível com as necessidades dos trabalhadores e estudantes.

A greve não deve esperar até o final do mês para começar. É preciso se apoiar nas universidades que já estão se mobilizando, unificar e generalizar essa luta, potenciando as greves que já estão acontecendo e unificando-as numa grande greve nacional. Temos de negociar em greve com o governo, fazer com que atenda às reivindicações sob a pressão da mobilização.

Somente o ensino público e gratuito a todos acabará com a exclusão da juventude negra e indígena das universidades

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade, no dia 26/04, que a adoção da política de cotas para negros e índios pelas universidades está de acordo com a Constituição. Com um discurso hipócrita, afirmou ainda que essa política é necessária para compensar um histórico de opressão que remonta ao período da escravidão. Dentre os fatores que obrigaram os ministros a deliberarem sobre o assunto se encontra uma ação judicial movida pelo reacionário DEM (Partido Democrata) contra as cotas do exame vestibular da UnB (Universidade de Brasília).

A decisão do STF foi uma conquista para diversos grupos do movimento negro. Verificamos esse clima de otimismo na declaração de Cristian Ribas, diretor de combate ao racismo da UNE (União Nacional dos Estudantes): "Hoje é um dia histórico. As cotas são um avanço na garantia de maior participação e acesso ao ensino superior promovendo igualdade de oportunidade e pleno exercício de direitos". Perguntamos: como é possível a "igualdade de oportunidade e pleno exercício de direitos", se a maioria da população negra e indígena permanecerá fora das universidades, apesar das cotas?

Em oposição a essas falsas soluções, nós da Corrente Proletária afirmamos que não será possível resolver o problema da exclusão da juventude negra e indígena das universidades através das cotas. Apenas 13%, aproximadamente, dos jovens em nosso país atingem o nível superior. O sistema de reserva de vagas constitui-se em uma medida

distracionista, pois desvia os estudantes da luta unitária pelo acesso universal e fim dos vestibulares para uma bandeira de interesse de um setor, alimentando a ilusão de que se trata de um passo para a superação da exclusão. Na prática, a exclusão da maioria se mantém e apenas uma parcela, na maioria de classe média, é atendida.

O acesso à Educação em todos os níveis é uma tarefa democrática não resolvida pelo capitalismo atrasado brasileiro. A burguesia nacional e seus governos não querem e não podem trabalhar para curar essa ferida, pois teriam de atacar o direito de propriedade dos grandes empresários do setor. Isso porque a conquista do acesso universal depende da expropriação de toda a rede de ensino particular. Está aí por que as cotas não representam "um passo" no sentido do fim da segregação de negros e indígenas. Estaríamos caminhando positivamente somente se estivéssemos nos aproximando da estatização sem indenização das faculdades privadas.

Na verdade, o que se passa é que a classe dominante aceita e até facilita o caminho para a instituição do sistema de cotas. Afinal, sabe que a medida permitirá fazer demagogia eleitoral, sem tocar na essência do problema: e o domínio do ensino privado. Chamamos a juventude a rejeitar essas ilusões e a empunhar a política revolucionária para combater a opressão de negros e indígenas, que implica partir das reivindicações mais sentidas, ligando-as ao combate à burguesia, em aliança com a classe operária, na luta pelo socialismo.

São Paulo

USP: Rodas impõe mais repressão e um novo regimento mercadológico e profissionalizante à pós-graduação

Novos processados

O movimento de estudantes e trabalhadores da USP está sob uma forte onda repressiva que já dura alguns anos e vem se intensificando. A aliança governo estadual/reitoria desferiu inúmeros ataques sobre os que lutam, com a finalidade de aniquilar toda a oposição que existe à sua política privatista e elitista dentro da universidade.

Aproveitando a deixa do assassinato do estudante da FEA no primeiro semestre do ano passado, a burocracia universitária assinou um convênio com a polícia militar (PM). Com o pretexto de garantir a segurança, a presença da polícia permitiu à reitoria e ao governo dar um salto de qualidade na repressão aos movimentos na USP. A grande greve de 2011 contra os processos a estudantes e trabalhadores e pelo fim do convênio USP-PM, serviu para explicitar de forma cabal a perseguição política que existe na universidade. Setenta e três pessoas foram presas na desocupação da reitoria e mais 12 na reintegração da moradia retomada no CRUSP. Tudo isso com uma utilização de força policial descomunal.

Atualmente, abrem-se novos processos internos contra estudantes e trabalhadores referentes às desocupações. Toda a diretoria do Sintusp está ameaçada de demissão por “justa causa” por conta de manifestação política legítima, além dos vários processos criminais. Até a Adusp (associação dos docentes da USP) está sendo interpelada por “calúnia”, por citar num documento o tapete de 32 mil reais comprado pela reitoria. São mais de 100 processos no total. A perseguição se assenta, em grande medida, no decreto de 1972 (regimento disciplinar), que trata, dentre outras aberrações, da punição contra “ato atentatório à moral e aos bons costumes” no interior universidade. O fim do decreto de 72 é uma das bandeiras do movimento.

A repressão aos movimentos não é uma particularidade da USP. A Unifesp de Guarulhos está em greve há um mês (ver artigo neste boletim) e um dos pontos da pauta é a luta contra os processos a 48 estudantes. O centro da cidade de São Paulo passa por um processo de higienização violentíssimo. O massacre do Pinheirinho é outro exemplo do autoritarismo do Estado. Colada nos muros da USP, a população da favela São Remo está ameaçada pelo plano da reitoria de “reurbanização”. Mais de 450 famílias estão arriscadas de perderem suas casas. Já não bastasse o fato dos moradores não terem mais acesso ao circular da USP, o portão que dá acesso à favela, já está sendo fechado a partir das 20h. A luta deles é nossa também.

O ataque à pós-graduação

No dia 22 de dezembro do ano passado, a reitoria da USP apre-

sentou uma proposta de novo regimento para a pós-graduação para ser votada em fevereiro. O processo tem sido marcado pela pressa da burocracia universitária em sua aprovação, sem debater o conteúdo com os estudantes e professores. Graças a manifestações contrárias, a votação do regimento foi adiada para março e depois para abril.

O novo regimento da pós-graduação tem uma essência mercadológica e profissionalizante, em oposição à livre investigação científica, e uma maior centralização pelo Estado, a fim de favorecer o poder econômico. Dentre seus pontos principais constam: a redução de prazos para defesa de teses de mestrado e doutorado; eliminação sumária caso a dissertação não seja aprovada; regulamentação do financiamento privado, permitindo a ingerência sobre a pesquisa e o ensino; a criação de uma comissão centralizada e controlada pela reitoria que determina quais os programas de pós-graduação vão abrir e fechar, passando por cima das instâncias próprias das unidades (reeditando parte dos decretos do então governador José Serra, em 2007), dentre outras medidas.

Não por acaso, isso está acontecendo juntamente com o expurgo político de quase uma centena de companheiros estudantes e trabalhadores. Está demonstrado mais uma vez que os processos disciplinares e a polícia no campus servem à aceleração do processo de desmonte da universidade pública e da transformação da pós em instrumento empresarial como parte da política privatista e elitista da reitoria/governo.

Tem avançado a consciência de que não é possível disputar com a burocracia acadêmica dentro de seus domínios, ou seja, a partir das instâncias oficiais. Os estudantes da pós já convocaram dois atos pelo adiamento da aprovação do novo regimento e têm discutido como mobilizar a graduação. Uma parcela, entretanto, ainda acredita que com o tempo é possível desmascarar os “pontos negativos” da proposta da reitoria e disputar um “novo regimento”, melhorado e que atenda aos interesses dos estudantes. Isso não será possível.

A resposta dos estudantes e trabalhadores

A resposta do movimento deve ser radical e sem vacilação. Devemos defender os processados e o fim dos instrumentos que permitem a repressão, além de rejeitar o novo regimento da pós. A única forma de combater os ataques da reitoria/governo é com a mobilização, utilizando os métodos da ação e democracia diretas - e a greve é o principal deles. Com os estudantes dentro das salas de aula, não conseguiremos responder a mais esses ataques, que atingem os estudantes de conjunto.

Unifesp: o movimento necessita radicalizar no método para avançar

Os estudantes da Unifesp de Guarulhos estão há aproximadamente um mês em greve devido às condições precárias de ensino (não há um prédio definitivo da universidade, moradia estudantil, creches etc.) e contra os processos criminais a 48 estudantes. Essa precariedade é um sintoma do REUNI (programa do governo federal), que cumpre as diretrizes dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.), impondo aos países semicolônias como o Brasil cortes cada vez maiores nos orçamentos públicos, como na educação e na saúde. A “expansão” de vagas do REUNI, na prática, destrói o ensino público: a ausência de questões mais elementares como um prédio para se estudar prova essa tese.

Inicialmente, a reitoria propôs alugar um galpão de lixo industrial como solução à carência de espaço para as atividades acadêmicas. Sob pressão do movimento em greve, o reitor enviou um documento ao MEC solicitando a compra do terreno pela universidade ou, caso o proprietário do terreno não concordasse com o orçamento feito pela Caixa Econômica, solicitaria a desapropriação pelo governo federal.

O movimento deve continuar pressionando a burocracia/governo, com ações mais radicalizadas, como o fechamento da rodovia Dutra, atos de rua massivos etc., e exigir a expropriação, sem indenização, da área que atenda as necessidades de infra-estrutura da universidade. A Educação como um direito não deve servir aos interesses da especulação imobiliária.

A reitoria já se pronunciou contrária à retirada dos processos aos 48 estudantes que participaram da ocupação da reitoria em 2008. Mais do que isso: agora ameaça com a intervenção policial e com mais sindicâncias. Isso porque os grevistas têm realizado ações radicais, como os piquetes e a queima de alguns tapumes. A defesa destes lutadores também depende do fortalecimento do movimento, se colocando pelo fim de todos os processos e pela defesa da livre organização e manifestação. Bandeiras que se chocam com a onda repressiva que o governo vem descarregando sobre os movimentos sociais, a exemplo do que ocorre com lei anti-greve, uma medida de proteção dos interesses econômicos da burguesia.

Rio Grande do Norte

UERN: PSB ganha as eleições para o DCE sob uma política de destruição do COMEM

O Comando de Mobilização dos Estudantes de Mossoró (COMEM) surgiu da greve de 2011, organizando o movimento em torno das reivindicações de fim do contingenciamento de mais de 50% da verba destinada a UERN, suplementação de 4,3 milhões para a assistência estudantil e a aprovação de lei que proíba o contingenciamento orçamentário na educação. A Diretoria Regional de Educação (DIREDE) foi ocupada a fim de pressionar o governo do estado para o cumprimento das reivindicações.

Em 2012 uma fração do COMEM, composta pela Corrente Proletária/POR, tentou retomar o movimento a partir dos cursos mais mobilizados. Mas uma fração majoritária, composta pela JSB (juventude do PSB) preferiu a paralisação do comando, se preocupando apenas com as eleições para o DCE, visando ao controle do aparelho e ao fim da mobilização.

Defendemos a construção de uma chapa para disputar o DCE que fosse expressão do movimento de 2011, em grande medida resultado da intervenção ativa do COMEM, o qual organizou ocupações, passeatas, atos etc. A organização combativa do COMEM demonstra sua capacidade política de enfrentamento à burocracia e ao governo do estado, apesar da gestão do DCE. A exemplo da USP, que na ocupação da reitoria de 2007 e no movimento de 2011 viu as direções do DCE (PCdoB/PT em 2007 e o PSol em 2011) serem ultrapassadas em vários momentos pelos estudantes mobilizados.

As eleições foram vencidas pela JSB sob diversas irregularidades, como urnas sem lacre, integrantes da chapa que transportaram urnas, estudantes impedidos de votar, dentre outras, práticas comuns da política burguesa. Os estudantes devem rechaçar essas práticas e expulsar os partidos da burguesia do interior do movimento, o que só se dará por meio da mobilização, daí a importância de se recuperar o COMEM e organizar o movimento a partir dos interesses de conjunto dos estudantes.

Bahia

IFBA: POR compõe chapa em defesa da educação pública

As eleições para a direção do grêmio do Instituto Federal da Bahia ocorrerão na primeira semana de maio. Há duas chapas em disputa, uma dirigida pelo PCR, que defende, dentre outras coisas, restaurante a R\$1,00 e se colocando numa falsa neutralidade frente à possibilidade de greve dos servidores, professores e estudantes do instituto. A outra chapa, constituída pela militância da Corrente Proletária/POR, PSTU e independentes, defende a Educação pública, a livre organização dos estudantes, restaurante gratuito e tem se colocado pelo apoio à construção da greve dos professores e servidores. Por meio dos debates que ocorreram no dia 26/04, ficaram claras aos estudantes as diferentes posições das chapas concorrentes. Denunciamos abertamente a política reformista e oportunista do PCR, ao defender taxa para o restaurante e se colocar pela neutralidade frente à greve.

São Paulo

UFABC: a PM só serve pra reprimir!

No dia 3 de abril, a reitoria da UFABC recebeu comandantes da Polícia Militar para tratar da segurança nos arredores do campus de Santo André, resultando no estabelecimento de um canal direto entre a universidade e a PM. Há pouco menos de um ano, foi fechado um convênio entre a USP e a PM sob o mesmo pretexto de aumentar a segurança no campus. Esse convênio resultou em 85 prisões de estudantes, fechamento do espaço do DCE, agressão armada a um estudante, e processos criminais e administrativos de eliminação da universidade.

As questões de segurança não podem ser resolvidas pela polícia. Ao contrário, podem ser pioradas por ela, como no caso da USP, em que investigações apontam para uma aproximação corrupta entre polícia e tráfico – como ocorre frequentemente nas periferias. Fora isso, a presença da PM acaba servindo aos interesses da burocracia universitária e dos governos de atacar os direitos de livre organização e manifestação dos que estudam e trabalham.

A universidade não está isolada da sociedade. Os assaltos ocorridos nos arredores da universidade expressam a desigualdade econômica de uma sociedade apodrecida. A defesa dos interesses da minoria privilegiada, nessas condições, só pode ser feita pela via repressiva. Negando essa perspectiva, defendemos que a única forma de diminuir a violência nos arredores da universidade é defendendo o livre acesso, que o direito de estudar não seja um privilégio dos que podem pagar; emprego e escola a toda juventude, que ou está desempregada ou sendo superexplorada, com salários que não correspondem às necessidades vitais. Ou seja, a resposta deve ser a mobilização da juventude por seus interesses de conjunto, em aliança com a classe operária e demais oprimidos.

Ceará

UECE: a farsa das eleições para reitor

No dia 11 de abril, ocorreu a “eleição” para reitor da UECE (na verdade uma consulta). Sob a égide da antidemocrática LDB (art. 56), que estabelece a proporção entre os setores de 70% de professores, 15% de servidores e 15% de estudantes. Constituíram-se três chapas e após o escrutínio formou-se uma lista triplíce a ser enviada ao governador que escolherá, de fato, o reitor. A grande maioria dos estudantes acompanhou indiferente o processo eleitoral, uma vez que, dos mais de 20 mil alunos aptos a votar, apenas 3.749 foram às urnas, sendo um terço destes votos nulos e brancos.

Posição das correntes do movimento estudantil

O PSol e a Consulta Popular referendaram o processo antidemocrático das eleições para o reitor. Não convocaram os estudantes a discutir a autonomia universitária, a debater como lutar contra o brutal sucateamento da universidade e sequer propagandearam sua pseudo-democrática bandeira de paridade entre os setores. Venderam ilusões sobre a possibilidade de melhorar a universidade respeitando as minguadas verbas e a inexistente autonomia frente ao governo do estado. Diziam que diante da conjuntura de precarização da universidade, da falta de professores, infraestrutura etc. era importante apoiar a chapa opositora, composta por membros do sindicato dos docentes (Sinduece).

O PSTU/ANEL, a princípio, discutiu o apoio a uma das chapas em disputa. Na reta final, porém, mudou de posição e passou a defender o boicote às “eleições”. Sua defesa do boicote foi meramente formal. Não fez nenhuma campanha, panfletagem ou cartaz.

A Corrente Proletária chamou o boicote à consulta, não apoiou nenhuma chapa, combateu a bandeira da paridade e defendeu o voto universal e a soberania da Assembléia Geral Universitária, fazendo um chamado à luta. Explicou que por trás da eleição para reitor está o problema da autonomia universitária, que é negada pelo Estado burguês, e que só é possível conquistá-la com a mobilização radicalizada dos que estudam e trabalham contra os governos. Denunciou o discurso falacioso de que é possível, por meio da farsa eleitoral, mudar a estrutura burocrática da UECE e assegurar a autonomia da instituição.

Paraíba

Encontros Estudantis aprovam planos de luta para próximo período

De 20 a 22 de abril ocorreram dois encontros estudantis na Paraíba: o 3º Seminário Universidade Brasileira (SUB), nos três dias, e a Assembléia Estadual da ANEL (Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre), na tarde do dia 21.

3º SUB: o evento foi convocado em nome dos DCEs da UEPB e UFCG, UNE (União Nacional dos Estudantes) e UJR (União da Juventude Rebelião). Na prática, foi um encontro do PCR (Partido Comunista Revolucionário) que dirige os DCEs citados, ocupa a primeira vice-presidência da UNE e do qual a UJR é parte. O encontro reuniu cerca de 120 estudantes de Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba. Na plenária final, foram apresentadas resoluções para o movimento estudantil no próximo período. Nas formulações, prevaleceu a concepção de defesa da Universidade Popular e Revolução Popular, caracterizações que permitem a ilusão de que é possível reformar a universidade no capitalismo e que dissolvem o proletariado em meio ao “povo”, indiferenciando o papel de direção da classe operária e a necessidade de que o movimento estudantil se coloque sob a estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

A Corrente Proletária atuou defendendo a aprovação de resoluções políticas e um plano de lutas que servissem para organizar o combate do movimento estudantil aos ataques das burocracias uni-

versitárias e dos governos.

ANEL-PB: a Assembléia da ANEL juntou cerca de 20 estudantes. Na pauta constavam os seguintes pontos: eleição de delegado para o Congresso da CSP-Conlutas, resoluções sobre opressões e educação pública e eleição da secretaria executiva da ANEL-PB. Na abertura da assembléia foi feita a explicação da origem da ANEL e Conlutas e um lançamento da cartilha GLBT da ANEL. Os integrantes da mesa eram do PSTU ou simpatizantes. A Corrente Proletária explicou que as origens destas entidades não partiram das massas trabalhadoras e estudantis, mas sim de uma política do PSTU de criar um aparelho próprio, adaptando-se à reforma sindical. Debates sobre a estatização e burocratização das organizações de massa são fenômenos políticos e que é preciso derrotar a burocracia da CUT e UNE que se mantém não só por meios burocráticos, mas principalmente pelas ilusões das massas no reformismo. O argumento do PSTU de que a UNE é uma casca vazia não se sustenta, assim como a defesa da ANEL ser uma alternativa ao burocratismo à UNE.

A Corrente Proletária defende a unidade organizativa dos estudantes numa entidade única e a destruição da atual burocracia dirigente da UNE, construir uma fração de oposição revolucionária para atuar dentro e fora da UNE, com um programa proletário.

Paraná

UNOPAR: prefeito paga favor aos financiadores de sua candidatura

No dia 23/03, foi apresentado pelo prefeito Barbosa Neto/PDT um projeto de lei que pretende perdoar até 70% das dívidas da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) com o município de Londrina. No total, quer perdoar cerca de R\$70 milhões da universidade e R\$7 milhões/ano de impostos das empresas de ensino a distância.

A colaboração do prefeito com os capitalistas escancara o caráter de classe do Estado burguês, que se apresenta como representante de todas as classes, mas na verdade representa e serve somente a uma, a burguesia. A multinacional Kroton, a mais nova dona da UNOPAR, é quem está prestes a colher os “frutos” que os antigos donos plantaram financiando a eleição de Barbosa.

Quando Barbosa foi questionado sobre a redução da arrecadação que o perdão da dívida da UNOPAR provocará, respondeu cnicamente que “o preço do sucesso é o risco”. Perguntamos: Sucesso de quem? Só se for o sucesso de lucratividade dos capitalistas.

O que se evidencia aqui não é a suposta “imoralidade” de o prefeito beneficiar quem financiou sua candidatura ou de fazê-lo em vésperas da eleição municipal, mas o caráter de classe do Estado burguês, como afirmaram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Por isso, a juventude e a população oprimida não podem ter nenhuma ilusão no Estado. Todos os partidos burgueses e pequeno-burgueses virão em breve pedir-lhes seus votos, demagogicamente argumentando que solucionarão seus problemas. A isso há que contrapor a defesa das reivindicações elementares das massas por emprego, salário, terra e educação para todos! Por essas reivindicações se levantarão as massas oprimidas para lutar contra o capitalismo apodrecido.

Rio Grande do Norte

Reforma curricular em pedagogia não mudará currículo

A burocracia universitária está organizando um seminário de avaliação curricular do curso de Pedagogia da UERN. Porém, não pretende realizar nenhuma mudança imediata no currículo. O movimento estudantil precisa organizar sua participação de modo a exigir que o seminário seja deliberativo e realize as mudanças necessárias no currículo.

A discussão sobre a reforma curricular se choca com os anseios dos estudantes, pois estes estão de saco cheio das PPPs (Práticas Pedagógicas Programadas), que apelidam de “Pagando os Pecados a Prestação”. Entre outras críticas, questionam o fato de ser permitido estagiar apenas em escolas públicas de Mossoró, desprezando os locais de trabalho dos estudantes que já trabalham na Educação e a possibilidade de realizar o estágio no município onde residem. Essa situação traz muitos prejuízos para os estudantes, uma vez que ameaça seus empregos e aumenta seus custos financeiros, pois precisam estar em Mossoró em tempo integral.

A Corrente Proletária/POR intervirá no seminário defendendo uma formação universitária que una estudo e trabalho (teoria e prática), fim da ingerência externa sobre as escolas e universidades e defesa da autonomia frente ao Estado. Essas e outras propostas fazem parte de nossa luta pela democracia na universidade, que só pode ser plena com um governo tripartite (professores, funcionários e estudantes), submetido à Assembleia Geral Universitária com o voto universal (cada cabeça um voto, com maioria estudantil).



Por motivos de espaço, este número não traz a continuidade dos textos de formação política que são tema fixo deste boletim. No próximo número, daremos prosseguimento à publicação de um documento aprovado pelo 3º Congresso (1921) da Internacional Comunista sobre a questão da juventude.